



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0382542/2018

PA COPAM Nº: 00247/1998/033/2018	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento
EMPREENDEDOR: Philips do Brasil Ltda.	CNPJ: 61.086.336/0144-06
EMPREENDIMENTO: Philips do Brasil Ltda.	CNPJ: 61.086.336/0144-06
MUNICÍPIO: Varginha	ZONA: Urbana

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

Não há incidência de critério locacional

CÓDIGO	PARAMETRO	ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17)	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
B-08-01-1	Área útil	Fabricação de eletrodomésticos e/ou componentes eletroeletrônicos, inclusive lâmpadas	3	0
C-07-01-3	Cap. instalada	Moldagem de termoplástico não organoclorado	3	0

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO

Marco Antônio Auad (Eng. Mecânico)

REGISTRO

CREA-MG 45.979/D

AUTORIA DO PARECER

Rogério Junqueira Maciel Villela
Analista Ambiental
Arquiteto e Urbanista especialista em Gestão Ambiental

MATRÍCULA

1.199.056-1

ASSINATURA

De acordo:

Cezar Augusto Fonseca e Cruz
Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.147.680-1



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0382542/2018

O empreendimento **Philips do Brasil Ltda.** exerce as atividades de fabricação de eletrodomésticos e moldagem de termoplástico no município de Varginha. Em 16/05/2018 foi formalizado na Supram Sul de Minas o processo administrativo de renovação de licença ambiental através de licenciamento ambiental simplificado nº 00247/1998/033/2018, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), visando continuidade da operação do empreendimento com a devida regularização ambiental. Em 05/06/2018 foram solicitadas como informações complementares a retificação do FCE e apresentação de novo termo de referência, específico para avaliação do desempenho ambiental, as quais foram atendidas em 21/06/2018.

Ambas as atividades enquadram o empreendimento como classe 3, tendo porte e potencial poluidor médios. Não há incidência de critério locacional uma vez que o empreendimento já se encontra instalado e regularizado no distrito industrial municipal.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS tem-se a geração de efluentes líquidos e resíduos sólidos. Não foram relatadas fontes de emissões atmosféricas ou ruídos. Não há uso ou intervenção ambiental, tampouco fatores de restrição ou vedação.

Os efluentes líquidos, predominantemente de origem sanitária, são destinados a ETE e lançados na rede pública. Foi apresentada a anuência da concessionária, que também é responsável pelo abastecimento de água da empresa. Cita-se ainda a eventual geração de purga dos compressores, a qual será tratada em caixa separadora e lançada na rede pública.

Os resíduos sólidos gerados, com destaque para 18.500 kg/mês de papel/papelão, 12.500 kg/mês de metal ferroso, 7.800 kg/mês de plásticos e 6.300 kg/mês de madeira, são destinados a empresas devidamente licenciadas para o recebimento de tais materiais, conforme informação constante do próprio RAS.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS.

O desempenho ambiental mostrou-se satisfatório. Os laudos de monitoramento de efluentes líquidos da ETE Copasa foram apresentados com a periodicidade exigida na licença e atenderam aos parâmetros de lançamento estabelecidos, bem como os relatórios de gerenciamento de resíduos sólidos.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) para renovação de licença ambiental simplificada, e do estudo do critério locacional, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento **Philips do Brasil Ltda.** para as atividades de “fabricação de eletrodomésticos e/ou componentes eletroeletrônicos, inclusive lâmpadas, e moldagem de termoplástico não organoclorado”, no município de Varginha, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento

Philips do Brasil Ltda.

As condicionantes a serem inseridas devem sempre estar afetas a aspectos ambientais. Para a licença ambiental simplificada fica determinado as seguintes condicionantes constantes do quadro abaixo, podendo excepcionalmente ser incluída nova condicionante desde que tecnicamente justificada.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Philips do Brasil Ltda.

1. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram Sul de Minas os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(1) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(2) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1 - Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Coprocessamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.